

Nº 17  
Volume 03  
Novembro  
2006



# Galante

Scriptorin Candinha Bezerra  
FUNDAÇÃO HÉLIO GALVÃO

## QUILOMBO S

### COMUNIDADES REMANESCENTES - RN

#### Luiz Assunção

Nos últimos anos, vem ocorrendo, em todo o Brasil, uma mobilização das comunidades negras rurais, que gradativamente vivenciam processos de retomada de suas identidades quilombolas, o que significa se auto-afirmarem como grupo negro e reivindicarem o pertencimento a um determinado território e o reconhecimento por seus direitos enquanto grupo étnico.



Todo esse fenômeno de etnogênese deve-se, em parte, à ação política do movimento negro e principalmente à promulgação da Constituição Federal de 1988, que, em seu Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aponta para a possibilidade de uma ação efetiva de reconhecimento de direitos dos descendentes de africanos que foram trazidos à força para o Brasil, na condição de escravos, desde o período da colonização portuguesa. Esse artigo constitucional identifica como sujeitos de direito os “remanescentes das comunidades dos quilombos”, determinando ao Estado a responsabilidade de “conferir-lhes os títulos definitivos de propriedade” de seus territórios tradicionais. Os documentos legais consideram os remanescentes das comunidades dos quilombos como “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

A categoria “remanescentes de quilombos” deve compreender, portanto, todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência para a manutenção e para a reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, cuja identidade se define por uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e de valores partilhados. Resistência e autonomia passam a ser os elementos fundamentais para caracterizar o conceito contemporâneo de quilombos. Eles se constituem como “grupos étnicos”, um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e de meios empregados para indicar afiliação ou exclusão, cuja territorialidade é caracterizada pelo uso comum, pela sazonalidade das atividades agrícolas e por uma ocupação do espaço que tem por base os

laços de parentesco e de vizinhança, assentados em relações de solidariedade e de reciprocidade (Arruti, 2006). Todavia, o fator étnico não se reduz aos traços distintivos; mais do que isso, constitui a base para a organização, para a ação política e para a mobilização de tais grupos no seu relacionamento com os demais grupos e com o poder público.

Historicamente, o negro africano chegou à província do Rio Grande no início do século XVII, vindo de Pernambuco, para trabalhar, como escravo, nos engenhos de cana-de-açúcar de Cunhaú e Ferreiro Torto e, posteriormente, nos engenhos do Vale do Ceará-Mirim, de São José de Mipibu, de Goianinha e de Canguaretama. A ocupação do interior e o seu povoamento ocorreram a partir da metade do século XVII, efetivando-se durante o século seguinte, num processo marcado pelo extermínio do indígena e pelo ingresso da população negra escrava.

A ocupação e povoamento da província seguiram um modelo de exploração econômica baseada na cana-de-açúcar, na agricultura e na atividade pastoril. Na agricultura, predominavam a agricultura de subsistência e a lavoura de mandioca e, posteriormente, a exploração do algodão. Na pastoril, a criação de gado destinava-se a fornecer o gado às feiras da Paraíba e de Pernambuco. Outra atividade relevante nesse período foi a exploração da indústria de carne seca nas Regiões de Mossoró e de Assu. A demanda de mão-de-obra para essas atividades permitiu o aproveitamento do negro escravo em maior escala, notadamente no século XVIII.

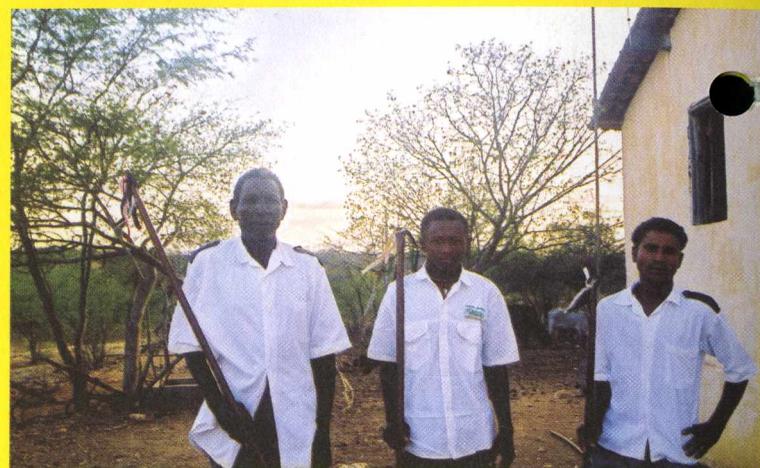
A historiografia não tem dado a devida atenção ao tema do negro na sociedade potiguar. Essa invisibilidade aponta para a pouca presença, para a chegada tardia da população escrava no Rio Grande do Norte e para a sua pouca contribuição no processo de formação da sociedade colonial. O primeiro postulado,

fundamentado a partir de uma análise do processo colonial, defende que o negro teve presença rara e quase inexpressiva, consequência da ausência de um sistema escravista exportador. A segunda idéia, por sua vez, sugere que, em áreas rurais, notadamente naquelas dedicadas à criação e ao abate de animais, como as Regiões Seridó e Oeste, as relações entre escravos e patrões eram mais cordiais. Essas relações seriam decorrentes sobretudo do modelo econômico implantado e de um menor contingente de escravos.

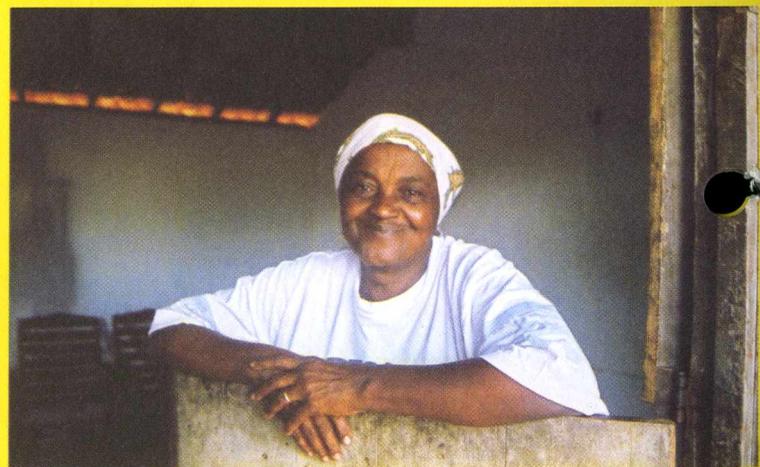
Estudos recentes de alguns historiadores potiguares destacam que a pecuária extensiva empregava reduzida mão-de-obra, negra e não negra, e que, sobretudo, a presença negra na região deu-se na condição de quilombola, ou seja, de escravos que fugiam para o interior, subtraindo-se a sua condição de mão-de-obra forçada. Maria Regina Mattos mostra que o trabalho livre foi utilizado concomitante ao trabalho escravo até o fim do período escravista na Região do Seridó, indicando a existência de um protocampesinato escravo nessa Região. Denise Monteiro afirma que, particularmente no Semi-árido nordestino, a preponderância do trabalho livre sobre o trabalho escravo já se fazia presente desde o último quartel do século XVIII, apontando que, na província do Rio Grande do Norte, o trabalho dos indígenas e dos homens livres, pobres e mestiços foi o principal sustentáculo da economia. O fato é que, com relação à presença negra no Estado, os estudos disponíveis não são suficientes para expressar a dinâmica do contexto escravista, principalmente nos séculos XVIII e XIX. A condição de “escravo fugido” precisa ser pesquisada e documentada, assim como o comércio local e regional de compra e venda de escravos e o declínio da escravidão a partir de 1850. Acredita-se que, no contexto daqueles séculos, significativas estratégias de resistência ao



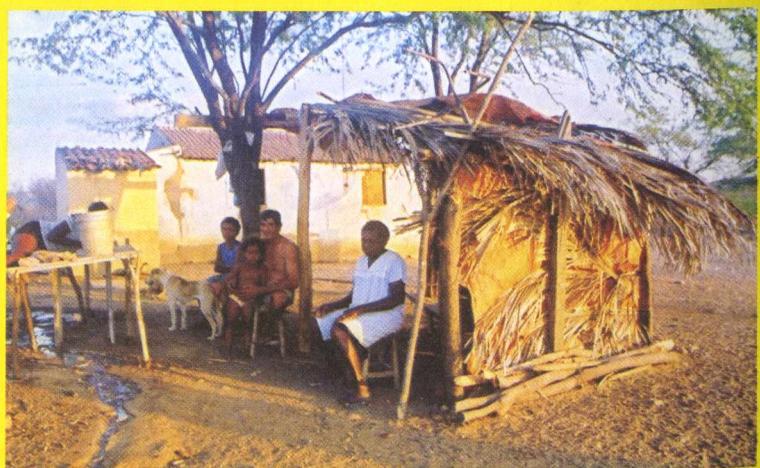
Capoeira dos Negros - Macaiba/RN



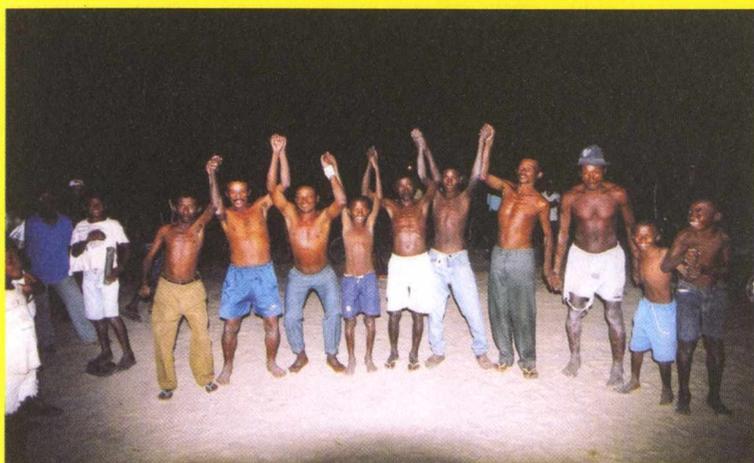
Parelhas-RN



Parelhas-RN



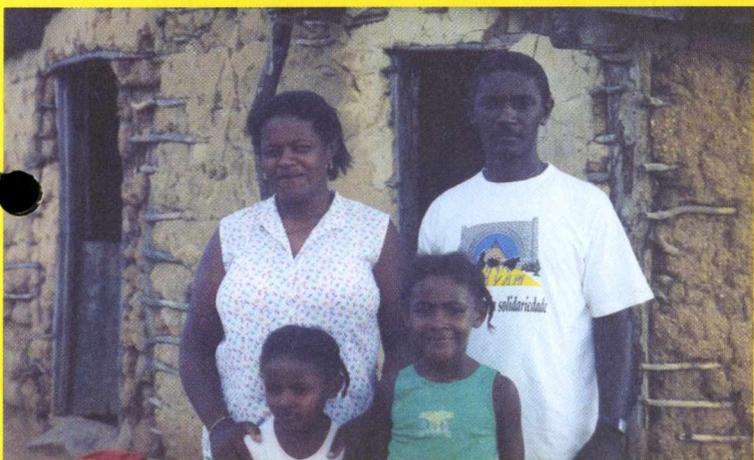
Parelhas-RN



Capoeira dos Negros - Macaíba/RN



Capoeira dos Negros - Macaíba/RN



Jatobá - Patu/RN



Jatobá - Patu/RN

sistema escravista foram postas em prática pela população negra, como formas de organização social e construção dos territórios negros.

O único momento em que a presença negra é visível e enaltecida aparece nas descrições dos costumes e das manifestações culturais, produzidas principalmente pelos folcloristas, registrando aspectos da música, da dança ou da religiosidade. Um desses registros foi feito por Veríssimo de Melo sobre as festividades das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário em municípios da Região Seridó. Segundo o autor, tais irmandades seriam como uma reação à aculturação dos negros na época da escravidão.

No Rio Grande do Norte, apesar da historiografia afirmar a pouca presença dos escravos, os seus descendentes estão espalhados por todas as regiões, compondo um conjunto de dezenas de comunidades negras rurais. Esses grupos, vivendo situações variadas e complexas, apresentam elementos comuns no que diz respeito à relação com a terra, à consangüinidade, ao passado histórico e às alianças e aos confrontos com a sociedade do entorno. A terra é o bem fundamental dessas populações; é de onde se retiram os produtos essenciais para a subsistência do grupo familiar. É, ao mesmo tempo, o espaço de trabalho e o espaço onde se vive. É também o elemento unificador do grupo social, no qual se constrói a história cotidiana de homens e de mulheres, dotando-se de significados a vida e o mundo dessas comunidades negras. A historiografia e a memória dessas gentes documentam que a ocupação da terra por grupos negros configurou-se, principalmente, sob a forma de "posse" de terras devolutas, empreendida por negros escravos fugidos ou alforriados. A vida cotidiana mostra-nos o enfrentamento das dificuldades materiais de existência, as situações de discriminação e preconceitos, além dos

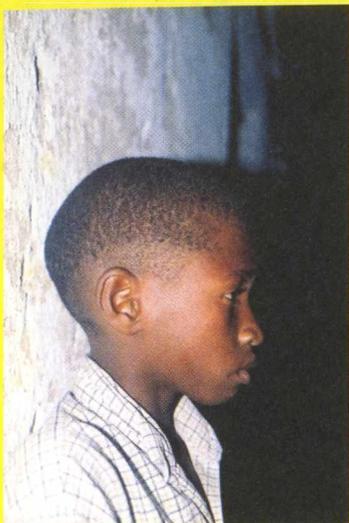
procedimentos históricos de usurpação de suas terras. Estudamos duas comunidades negras rurais do Sertão potiguar — os Negros do Riacho e a Comunidade do Jatobá — que, embora possuam trajetos particulares enquanto comunidades remanescentes de quilombos, representam exemplos da problemática enfrentada pelas demais comunidades: existir enquanto grupo negro num mundo rural branco, conforme procuramos ressaltar.

Os "Negros do Riacho", de Currais Novos, são descendentes de Trajano Lopes da Silva, um ex-escravo que se "apossou" das terras do Riacho, passando a viver ali, com sua família. Atualmente são 3,6 hectares onde vivem cerca de 150 pessoas, cuja atividade econômica é centrada na pequena agricultura de subsistência e na produção da "louça", comercializada semanalmente na feira da sede do município. A unidade familiar é formada pela família nuclear com sua prole e caracteriza-se pela residência matrilocal e pela relação de trabalho familiar, na qual a vinculação do trabalhador aos meios de produção é mediada pela relação de parentesco. O grupo apresenta uma divisão interna formada pelos caboclos e pelos negros, embora, para o mundo exterior, fora dos limites das terras do Riacho, essa separação não apareça. Todos são conhecidos como os "Negros do Riacho". O grupo vivencia conflitos principalmente quando entram em jogo o direito e a disputa pela terra. Nos últimos anos, a comunidade tem sido alvo de constantes ações políticas do poder público; no entanto, o seu bem mais fundamental — a terra — continua sem regulamentação. A Comunidade Negra do Jatobá está localizada no município de Patu. São cerca de 68 pessoas vivendo numa terra de 85 hectares. São descendentes de Manoel e de Raymunda, escravos de Joaquim Texeira Dantas, proprietário de terras no Patu

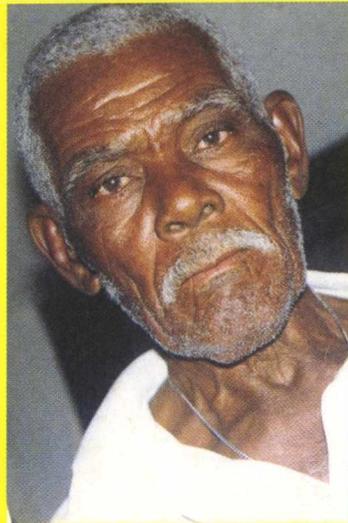
de Fora, durante o século XIX. A terra do Jatobá é uma propriedade adquirida por João Luiz de Aquino, através de compra realizada em 1941. Adquirir um pedaço de terra foi uma estratégia fundamental empreendida pelo neto do casal de escravos para ele e os seus parentes escaparem das armadilhas do sistema formal pós-abolição. Um diferencial nessa trajetória é que João Luiz conseguiu comprar uma terra em que pode viver com alguns dos seus familiares. Isso é um marco, pois é um momento em que se tentam juntar a família, já dispersa, e pensar na construção de um território, um espaço como refúgio, lugar de viver, de se reconhecer como pertencente a um grupo social, possibilitando-se a elaboração de identidades. A exploração dessas áreas ocorreu basicamente através de atividades agrícolas pautadas pelos laços de parentesco e pelas relações de reciprocidade. A principal atividade produtiva continua sendo a agricultura, que é desenvolvida de forma precária, pois as condições de trabalho são limitadas a apenas alguns instrumentos de trabalho, como o arado, o boi e a enxada. A inexistência de projetos que financiem as produções agrícolas e a escassez de chuvas são alguns dos determinantes que dificultam o trabalho e a produção. É fundamental, para as comunidades remanescentes de quilombos, não só a manutenção de suas identidades, a construção de processos de etnicidade e a luta por seus direitos enquanto grupo étnico, mas também o investimento de políticas públicas que contemplem as demandas dessas populações, principalmente daquelas alicerçadas em práticas econômicas de gestão comunitária, e que ouçam essas pessoas, respeitando as singularidades de uma comunidade negra estigmatizada e reconhecendo-as como portadoras de uma visão de mundo e possibilitando a reflexão sobre as suas trajetórias e sobre os seus projetos de vida.

Foto: Luiz Assunção

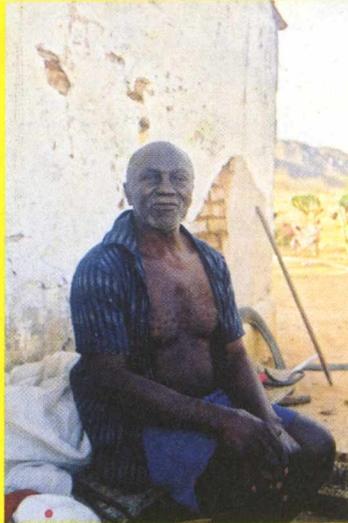
Foto: Luiz Assunção



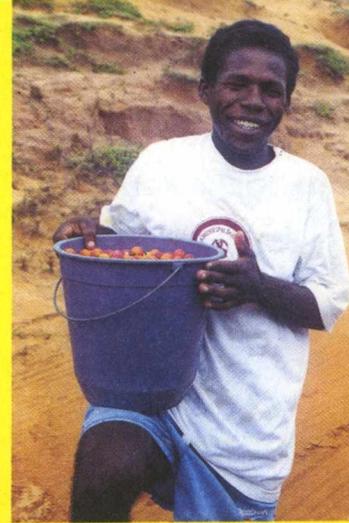
Capoeira dos Negros - Macaíba/RN



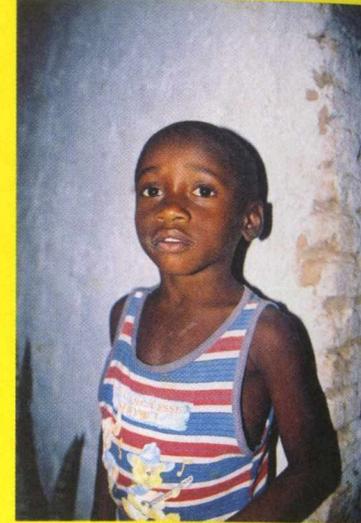
Caicó/RN



Parelhas-RN



Descendentes dos "Leandros"  
Sibaúma - Tibau do Sul /RN



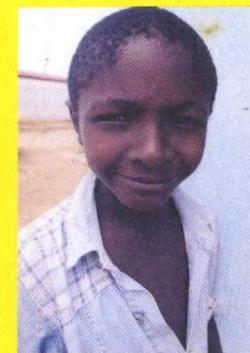
Capoeira dos Negros - Macaíba/RN

## COMUNIDADES NEGRAS RURAIS NO RN

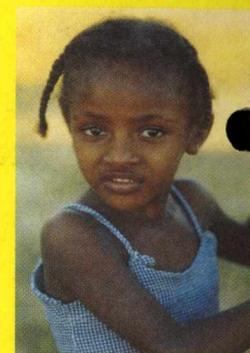
### Município

### Nome da Comunidade

Acari	Higinos
Apodi	Soledade
Antonio Martins	Timbaúba
Afonso Bezerra	Lagoa da Ilha; Barra; Carreta; Curralinho
Barcelona	Queimados
Bom Jesus	Pavilhão; Grossos
Caicó	Furnas da Onça; Rio do Peixe; Bonsucesso
Currais Novos	Negros do Riacho
Campo Redondo	Baldo
Ceará-Mirim	Coqueiros; Capoeira dos Negros
Cerro Corá	Negros do Boinho
Grossos	Alagamar
Ipueira	Boa Vista; Negros do Barcão
Ipanguaçu	Picadas
Ielmo Marinho	Nova Descoberta
Jardim do Seridó	Pretos do Bom Sucesso
Jundiá	Comunidade Pires
Lagoa Nova	Macambira
Luís Gomes	São Bernardo
Macaíba	Capoeira dos Negros; Bonsucesso; Lagoa do Sítio; Riacho do Sangue
Parelhas	Boa Vista dos Negros; Poço Branco; São Sebastião
Parnamirim	Moita Verde
Patu	Jatobá
Pedro Avelino	Negros das Arqueiras; Aroeiras
Pedro Velho	Alecrim
Poço Branco	Acauã
Portalegre	Pegas; Arrojado; São Domingos; Engenho Novo; Sobrado
Riacho da Cruz	Dos Pegas
Santana de Matos	Serra da Pimenteira; Conceição do Abrigo; Família Limão; Riacho da Roça
Santo Antônio	Cajazeiras; Camaleão; Toscão
São Gonçalo	Serrote
São Miguel	Vieira
São Paulo do Potengi	Alecrim
São Tomé	Gameleira
Serra Negra do Norte	Negros da Serra
Tenente Ananias	Poço do Açude
Tibau do Sul	Sibaúma
Touros	Baixa; Quinquim; Areias



Jatobá - Patu/RN



Jatobá - Patu/RN



Capoeira dos Negros - Macaíba/RN

**Galante**

Scriptorin **Candinha Bezerra**  
FUNDAÇÃO HELIO GALVÃO  
Fones: (84) 3211-8241/fax: 3211-8790

Direção Artística e de Pesquisa  
Dácio Galvão

Direção Executiva e Fotografias  
Candinha Bezerra

Colaboradore  
Luiz Assunção  
Professor do Depto. de Antropologia-UFRN

Revisão  
Anna Maria Jasiello

Programação visual  
Jussié Costa  
nacaopotiguar@uol.com.br